

MODERNIDADE E DIMENSÕES NÃO CONVENCIONAIS DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

Jorge Calvario dos Santos*

RESUMO

A proposta do estudo é de uma análise do tema para que seja possível, nesse momento histórico, submetidos por uma cultura muito poderosa, encontrar um caminho para a evolução e para a sobrevivência como nação. As conquistas da ciência possibilitaram a construção de uma civilização materialista e utilitarista, em que o ser humano perde suas características essenciais e vive uma ordem pragmática fechada que enfatiza o individualismo e o militarismo no plano social. As culturas poderosas, por essa razão, são beneficiadas com o controle e o domínio dos recursos de que necessitam. Tal como ao longo da história, vivemos um conflito de ordem cultural. Apenas preservando a cultura, privilegiando um pensamento estratégico não convencional é possível a uma nação superar a fase atual, se preservar e construir uma civilização que tenha o ser humano como objetivo maior.

Palavras-Chave: Cultura. Modernidade. Pensamento Estratégico.

ABSTRACT

This paper presents a beginning analysis on culture and defense in order make it possible, at this historic moment when societies, all over the world, suffer a strong process of cultural interference, by a powerful culture, to search for a way to evolve and survive as a nation. The conquests of science have building a powerful civilization. A materialist and utilitarian civilization, where human beings have been lost their essential characteristics and live in a closed pragmatic order that emphasizes the individualism and militarism in the social plan. The powerful culture, for this reason, has the benefited from the control and domain of those resources they need. As long-term history shows, we live a conflict of cultural order. Most conflicts have cultural reasons underlying their economic, military, or political appearance. Only with the preservation of the culture and given priority for the non conventional strategic thinking, is it possible, for a nation, to overcome the current

* Doutor em ciência de engenharia pela COPPE/UFRJ, Coronel Aviador, professor da pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense e assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra. Contato: jorge@esg.br

phase, to preserve it and to construct a civilization that has the human being as its major objective.

KeyWords: Culture. Modernity. Strategic Thinking.

1 INTRODUÇÃO

Este texto sugere um diálogo interdisciplinar sobre o pensamento estratégico, portanto os assuntos a serem tratados orbitam em torno do ser e do pensar parmediano¹, do posicionamento da cultura frente a culturas mais poderosas, e da dialética entre culturas e da preservação da cultura brasileira.

O que se pode dizer e o que se pode esperar do mundo moderno, que nos abraça com suas pretensões, ameaças e interferências? O que se pode pretender do pensamento estratégico brasileiro?

A raiz de onde emana o fio condutor do pensamento ocidental está amparada em Parmênides, especificamente em seu postulado *ser e pensar são o mesmo*. Por isso, o problema fundamental do pensamento de nossos dias estaria *em confrontar-se* com a ciência, por ela ter adquirido tamanha força condutora do modo de pensar da sociedade.

Sabe-se que, no processo histórico de longo prazo, surge uma cultura que assume o lugar hegemônico e passa a direcionar as demais. As ideias predominantes são as dos países desenvolvidos. As sociedades periféricas terminam cedendo e sendo conduzidas pela força cultural hegemônica que interfere nas culturas mais frágeis e submete-as. O modo de pensar dessas últimas precisa ser autêntico, livre das interferências da cultura do mais forte para que possam desenvolver suas próprias ideias e, assim, *preservar* sua identidade.

2 MODERNIDADE

A cultura moderna, dominante, hegemônica, anglo-saxônica está associada à ciência e é por ela governada, no mundo moderno. A questão fundamental e, muitas vezes, não percebida, é sobre quem deve ser o sujeito da *ciência*. A problemática da modernidade nada tem a ver diretamente com a ciência, mas com o sujeito da ciência. Vale lembrar Freyer (1965) que parece confirmar tal premissa, quando afirma que todas as ideologias modernas se reportam à ciência. Isso parece ser

1 Referente a Parmênides, filósofo grego, respeitado por Platão, natural de Elea, uma cidade grega na costa sul da Itália. Foi o fundador da Escola Eleática da filosofia que pregava o monismo stricto sensu. O monismo, nas palavras de seu iniciador: "(o Ser) E tampouco é divisível, porque é inteiramente igual; / nem existe em algum lugar um de mais que possa lhe impedir de ser unido / nem um de menos, mas todo inteiro está pleno de ser. / Portanto, é continuamente todo inteiro: o ser, de fato, se estreita com o ser". Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofos/parmenides/>>

o caminho natural, pois, neste início de século XXI, a ciência e, principalmente, a técnica estão presentes em todos os quadrantes da vida, tornando-se a essência do poder.

O sujeito da ciência para o paradigma anglo-saxônico é o sujeito liberal; para o comunismo ou o socialismo (esquerda), é o sujeito coletivo ou comunitário; para o nacional socialismo europeu (direita), é o sujeito inconsciente cultural, romântico, telúrico.

Ao analisar os discursos manifestamente explícitos sobre a modernidade, ou sobre seu modo de produção — o capitalismo —, ou em sua forma operacional, a globalização, nota-se que todos esses discursos procuram camuflar ou dissimular o verdadeiro sujeito da ciência. Deseja-se omitir quem deve ser o sujeito da ciência: esta é a questão crucial. O que se quer mostrar é que esse discurso sobre a modernidade é, no fundo, um discurso de uma opção de sujeito da ciência que se intenciona dissimular. Cabe, entretanto, refletir sobre a modernidade como ideologia. No final do século XX, testemunham-se o declínio e a morte das ideologias, mas também há o surgimento da ideologia de todas as ideologias, a modernidade. Ideologia essa que subsume todas as outras ideologias sem deixar de ser a si mesma. Essa ideologia, contudo, criada pela modernidade, se encontra em perigo, como a ideologia do fim da história, ou seja, ser pós si mesmo.

Não há quem rejeite ou recuse a ciência. O homem busca o domínio científico-tecnológico que caracteriza a modernidade. O homem quer se modernizar. Não há quem não o queira. Todos concordam em caminhar em direção à modernidade no sentido da busca do domínio do universo científico-tecnológico. Não há progresso sem ciência. Quem não tem os meios proporcionados pela ciência e pela técnica, não tem condições de se desenvolver, de evoluir como comunidade social, de criar capacidade de gestão e de entender o que é produzido pela ciência e demais áreas de conhecimento, vai acabar sendo controlado pelas nações centrais e pela cultura hegemônica, possuidoras de amplo domínio técnico e científico.

O mundo moderno, desenvolvido em função da ciência, construiu uma civilização poderosa. Por outro lado, também trouxe condições para sofrimento e possibilidades de aniquilamento da humanidade. Graças à tecnologia disponível, não é mais preciso mobilizar as forças armadas de um país para combater e vencer outro. Pequenos grupos, com poucos meios e tecnologia adequada, têm condições de causar sérios prejuízos aos Estados nacionais, ainda que poderosos. Tudo isso é consequência de características culturais, o que nos lembra Dawson (1998, p. XIII), quando afirma que a “civilização não é o resultado de um processo natural de evolução; é essencialmente devida ao domínio da natureza pela mente humana. Isso é uma ordem artificial, governada pela inteligência humana e sua vontade”.

Ciência e técnica caracterizam a modernidade anglo-saxônica. Isso é o mesmo que mundo geometrizado, calculável, tendo como sujeito o *cogito*. A consolidação da modernidade, não só pela adoção da *cientificidade*, mas pela descoberta do

sujeito que lhe é próprio, foi realizada pelo protestantismo. Assim, o mundo foi sendo construído em função da ciência e da técnica. Por cerca de 100 anos têm soado os alertas para o risco que isso representa para a humanidade. As ideologias políticas também abraçaram a modernidade.

Considerando o uso inadequado da técnica pelo poder político, que passa a dispor de meios que possibilitam o controle e o domínio dos indivíduos, urge despertar para o momento histórico por que passa a humanidade. Com a tecnologização da epistemologia, produto da modernidade, de nossa sociedade e de nossa civilização, no sentido de que enquanto a lógica das máquinas continua a ser aplicada às vidas humanas, o futuro do homem enquanto ser ontológico, fica comprometido. Consequentemente, o futuro do homem parece não ser dos melhores.

A tecnologização da epistemologia, como afirma Morin (1996), é a inserção do complexo de manipulação, simplificação, racionalização no âmago de todo pensamento relativo à sociedade e ao homem. Não é possível aceitar a tecnologização da epistemologia, com risco de, no limite, o homem ser condenado ao extermínio, à escravidão ou ao totalitarismo universal. Morin afirma que é preciso enfrentar este quadro. Defende a tese de que talvez se trave um combate decisivo para toda a história da humanidade. Sobre este assunto assim se manifesta:

Eu diria que a condição primeira e decisiva para esse combate - antes mesmo das questões de ação e organização, e até da tomada de consciência - é pensar de outra maneira, isto é, não funcionar mais segundo o paradigma dominante, a epistemologia tecnologizada que nos leva a isolar o conceito de técnica, separar e distinguir o que devemos tentar pensar conjuntamente. Em outras palavras, a resistência à tecnologia da epistemologia é problema não só especulativo, mas também vital para a humanidade. (MORIN, 1996, p. 115).

O homem não sobreviverá se sua vida for regida como um sistema de máquinas ou que sua vida obedeça à mesma lógica. A vida humana é complexa. O ser humano necessita de alguma desordem, de aleatoriedade, de conflitos, de frequentes e constantes surpresas, pois se constituem componentes fundamentais da existência social.

Segundo o entendimento de Freyer (1965), sobre a relação das ideologias com a ciência, isso parece ser o caminho natural, pois, no mundo de hoje, neste início de século XXI, a ciência e, principalmente, a técnica estão presentes em todos os quadrantes da vida, sendo o mais significativo instrumento de poder (FREYER, 1965). Considerando a extrema racionalização do mundo decorrente da cientifização dominante, surge Ortega y Gasset (1968) que nos alerta que o homem deve viver com a técnica, mas não da técnica, pois, para isso, ela é por ele criada e desenvolvida.

Este quadro nos leva a uma questão fundamental: a ciência e a técnica necessitam de meios de reflexão, que possibilitem o questionamento de seu uso, isto é, da auto-interrogação (MORIN, 1996). Aqui cabe uma questão: por que a ciência se pôs a salvo das ideologias? A ciência sempre foi impensada. Sempre esteve acima de qualquer suspeita. Sempre intocável. Pelo fato de a ciência e tudo o que lhe diz respeito não ser pensado, podemos inferir que ela pode ser, segundo Coelho de Sampaio (1998), a raiz dos problemas.

Ao observarmos a ciência através do tempo, com os olhos de um arguto analista, não nos é difícil perceber que é importante pensar tudo o que diz respeito à própria ciência, em todas as dimensões. O problema do controle da atividade científica e do uso da técnica supõe a existência de uma ética que vise ao bem-estar do homem e à ação do Estado para garantir tal ética.

Certamente, a ciência é necessária à humanidade. Entretanto, existe outro modo de evoluir, de progredir, de perseguir o bem comum, sem que o ser humano viva submetido à ciência, sob controles sociais, sem perder suas características humanas, com liberdade total de pensamento, de modo a ter a possibilidade de efetivar sua plena realização. Com certeza, a ética e o bem comum estarão presentes em todas as respostas, sendo necessário lembrar que o homem deve viver com a técnica, mas não da técnica, pois para seu benefício ela é por ele criada e desenvolvida.

Assim, identifica-se que a deficiente formação cultural que, junto com profunda omissão da experiência cultural continuada, coloca em xeque a noção de desenvolvimento, tão necessária aos países menos favorecidos e fundamentais à soberania das nações.

3 MODERNIDADE E SOCIEDADE

O estudo e análise das possíveis ameaças que uma nação pode vir a sofrer são fundamentais para que as medidas adequadas à segurança possam ser eficientes. Para a proteção da sociedade, os sistemas de segurança e de defesa da nação passam a ter nova estrutura, novos meios e novas doutrinas, como forma de preparação para enfrentar os novos desafios. Entretanto, ainda que necessário, não é suficiente. Atualmente, o inimigo não mais se apresenta. O inimigo externo pode ter sua manifestação interna, e o inimigo interno pode ter sua manifestação externa. Como forma de proteção, é necessário que a unidade nacional (cultura) seja preservada do processo de interferência cultural a que venha a ser submetida. Dia a dia, continuamente, a sociedade é objeto de processo sutil, atrativo, mas que tem o propósito de transformar o seu modo de pensar, logo o modo de ser, modificando sua identidade nacional (cultura). Assim, a vulnerabilidade passa a ser total, pois, de modo geral, passa a defender valores e ideias que atingem o coração da nação.

A humanidade atravessa uma das mais difíceis e sofridas fases da sua história, consequência do uso da ciência sem controle, da secularização que envolveu a civilização, da cultura hegemônica em seu ápice, no momento que se projeta sobre o mundo, econômica e militarmente, como forma de impor sua cultura.

A época atual foi denominada, por Morin e Kern (1995), de “Idade de Ferro Planetária”. Denominação que nos obriga a pensar, pois, há algum tempo, constata-se um processo de ocidentalização do mundo, com: a uniformização das ideias, as quais, de modo geral, são provenientes, quase todas, da mesma raiz, da mesma matriz de pensamento; a globalização pelas guerras, em sua maioria por razões culturais, mas, muitas vezes, atendem a interesses pelo controle e acesso irrestrito aos recursos naturais não renováveis; a esperança da humanidade que cedeu lugar à desesperança, pois se perdeu a utopia, não mais existe um referencial fixo para um objetivo futuro; a globalização econômica que, padronizando o mundo, viabiliza o processo de interferência cultural, objetivando a subordinação das culturas mais frágeis; a virtualização do mundo a qual retira da pauta a realidade dos fatos, considerando sua versão como o próprio fato; a consolidação do pensamento e a consciência única, que tornariam a humanidade semelhante ao protagonizado no *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley.

Pode-se constatar que o mundo moderno possui as seguintes e principais características: globalizador, liberalizante, integracionista, intervencionista, coator, protecionista, policialesco, centralizador, tecnocentrista, instável, inseguro, sem esperança, virtual.

Nesse ambiente em que os indivíduos são interditados da sua nobre condição de pensar, “cria-se um sobre-pensamento que é um sub-pensamento, porque lhes faltam algumas das propriedades de reflexão e de consciência, próprias do espírito, do cérebro humano” (MORIN, 1996, p.136).

Ainda que, inconscientemente, o que está sempre sendo evitado ou ocultado é a questão de quem deve ser o sujeito da modernização (racionalização) que, entretantes, ali está posto de maneira implícita. Entretanto, isso nos leva a uma questão, que entendida como essencial, se faz necessário esclarecer: a dualidade identidade nacional (cultura) *versus* modernidade. Essa dualidade levantada em resenha que Fernando Novaes faz de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1973), nos coloca num impasse: “ou nos modernizamos e deixamos de ser o que somos, ou nos mantemos como somos e não nos modernizamos”. Este é um impasse que traz profundas consequências. Trata-se da insistência generalizada na afirmação de que a modernidade ali mencionada constituiria para nós, brasileiros, um novo e promissor paradigma.

Para o entendimento da problemática brasileira, faz-se necessário considerar a modernidade, não como nos é transmitida, como um novo paradigma, mas como o velamento de um paradigma. É de fato algo que tem a ver com o paradigma, mas não com o paradigma propriamente dito, e, sim, com a sua ocultação. Todos

concordam em caminhar em direção à modernidade no sentido da busca do domínio do universo científico-tecnológico. Todos concordam que se não tivermos os meios proporcionados pela ciência e pela técnica, vamos acabar sendo submetidos, ainda muito mais do que já somos, pelas culturas nodais e possuidoras de amplo domínio técnico e científico. Por isso, todos nós queremos nos modernizar. Não há quem não o queira.

Em síntese, a modernidade, para nós, deve ser vista não como um paradigma, mas como a questão da ocultação ou dissimulação de um paradigma. Entretanto, cabe refletir sobre a modernidade como ideologia. Isso porque, neste início de século XXI, em que testemunhamos o declínio e a morte das ideologias, também constatamos o surgimento da ideologia de todas as ideologias, a modernidade.

O entendimento da problemática brasileira passa a ser possível a partir da real compreensão da modernidade. Assim, a modernidade deve ser considerada como um paradigma. Entretanto, não como nos é transmitido. Trata-se de fato de algo comprometido não com um paradigma, mas com o seu velamento. A insistência em firmar a existência benéfica do novo paradigma esconde o verdadeiro paradigma. É, de fato, algo vinculado ao paradigma propriamente: à sua ocultação.

Em suma, todo esse alarido sobre a modernização brasileira, como de resto todo o discurso (ideológico) sobre a modernidade é, no fundo, um discurso acerca de qual opção de sujeito da ciência há intenção, deveras, de dissimular. Se vier a continuar e, porventura, se consolidar a atual tendência de que o paradigma predominante e dominante continue a conduzir os destinos da humanidade, numa visão prospectiva, somos obrigados a acreditar que o homem, em sua dimensão mais significativa, o espiritual, humanístico, tende a ser extinto.

A partir daí fica fácil perceber a essência do problema da incompatibilidade entre a formação cultural brasileira e a modernidade. Esse é verdadeiramente o nosso grande conflito interno. Faz-se necessário aprofundar e entender melhor como ocorre essa incompatibilidade e por que persiste este dilema.

Sabemos todos que Descartes é considerado o marco filosófico de inauguração da modernidade, é quem a inaugura (reflexivamente). Por quê? Porque afirmou que o mundo objetivo era geometria, era ser calculável, obedecendo à lógica do terceiro excluído, tendo como seu sujeito, o *cogito*, completamente transparente a si mesmo, sujeito de projeto, sujeito liberal; ou, se quisermos, o famigerado herói *hollywoodiano*.

O herói *hollywoodiano* ou messiânico é o próprio retrato do sujeito liberal. Quase sempre é um solitário, pois o isolamento e a autoexclusão social são o preço que ele paga pelo seu obcecado apego a determinados princípios. A identidade, com o tipo de vida e o fiel cumprimento do que se poderia denominar de missão atribuída pelo destino, costuma chegar ao fanatismo, algo realmente messiânico. O herói acredita que pode chegar a purificar o mundo (ou o ambiente em que se encontra), reparar os danos do sistema, curar doenças, restaurar a honra, vingar

crimes, aperfeiçoar a lei e impor ideias, enfim, restabelecer o sistema. Não teme a morte e é capaz de aceitar o extremo sacrifício por uma causa. É como um Ulisses sem Penélope. Um missionário sem religião. Um nômade a serviço do sedentarismo. Um errante da ordem do tempo, a serviço do *establishment*, da espacialidade. Esse é de fato o sujeito anglo-saxônico, o sujeito da ciência, o sujeito capaz de, no momento do afastamento entre um sistema e outro, restabelecer novamente a sistematicidade.

O desvelar e o instalar do sujeito da ciência, o sujeito liberal, demorou cerca de 400 anos. Tudo começa com a própria Igreja tentando demonstrar para todo mundo que a ciência seria necessária. Para tanto, procedia à aristotelização de sua teologia, passando do radical trinitarismo de Santo Agostinho para o tomismo (lógico-clássico). Porém, a lógica do sistema é a lógica do *self made man*, restritiva, delimitadora de racionalidade extrema, conflitiva, de uma cultura belicista. A única coisa que se enquadra bem nesta lógica – um retângulo com uma porção de retângulos dentro – é o cemitério. Logo, não se podia mesmo ter uma cultura viva que fosse estritamente científica.

O sistema não pode por si produzir outro sistema. Quando se faz um sistema de folha de pagamento, uma álgebra axiomatizada, um organgrama, não dá para ele próprio gerar outra coisa, ainda que similar. É necessário para tanto um sujeito *hollywoodiano*, sujeito intervalar entre dois sistemas. O que se pode sacralizar, portanto, não é o sistema vigente, mas a cultura da sistematicidade, o cientificismo.

O problema é, pois, quem deve ser o sujeito do sistema, ou seja, a ciência vai ser feita para quem, por quem e em proveito de quem? No paradigma anglo-saxão, todos os cientistas estão a serviço da reprodução dos sistemas; há também uma liberdade de fato, precisamente, aquela de um sujeito *hollywoodiano*, para permitir que os sistemas se reproduzam.

A consolidação da modernidade, não pela adoção do cientificismo, mas pela descoberta do sujeito que lhe seria próprio, foi obra do protestantismo. Embora Portugal e Espanha tivessem dado início à modernidade, à racionalização e à burocratização do mundo, não se mantiveram na vanguarda porque não constituíram ou consolidaram o sujeito que lhe seria apropriado, o sujeito liberal, sujeito de projeto. De fato, Portugal tinha esse sujeito. No século XV, a Espanha expulsou os judeus, cuja cultura era governada pela lógica transcendental. Cem anos mais tarde, Portugal também os expulsou. Eles foram para a Polônia. Sem a lógica transcendental, lógica da cultura judaica, Portugal não conseguia evoluir e se desenvolver. Padre Antônio Vieira fez o possível para que Portugal permitisse a volta dos judeus, o que não conseguiu. Talvez tenha identificado a necessidade, consciente ou inconsciente, da lógica transcendental para que, junto com a ciência, ou seja, a lógica clássica, Portugal pudesse vir a se desenvolver.

Existiriam alternativas? O mais interessante é que esta questão surge logo

no início da modernidade. A cúpula da Igreja não queria discutir sujeito nenhum, porém, depois que o protestantismo expôs a sua solução, havia a necessidade de dar-lhe uma resposta. Então, a Igreja deixou emergir o jesuitismo latente, que formula uma contra-proposta (contra-reforma). No lugar do sujeito calvinista (individual) colocar-se-ia um sujeito coletivo, obviamente representado por um sujeito simbólico absoluto (delegado do Absoluto).

A Igreja, através dos jesuítas, em meados do século XVI, contribui adotando o sujeito, porém o sujeito coletivo. Assim, Portugal passou a ter a ciência e o sujeito coletivo. Isso, porém, também não resolveu. Entretanto, procurando recuperar espaço perdido para o protestantismo, a Igreja recupera pouco mais da metade do que perdera. O Protestantismo recua em vários países. Os jesuítas passam a ser conselheiros científicos (fundam escolas e estimulam a ciência) em benefício do coletivo. No processo de recuperação e de educação necessária à Igreja, ou melhor, ao jesuitismo, entre as escolas fundadas está uma que teve a missão de educar a elite portuguesa, *Colégio dos Nobres*.

No fundo da questão, o problema é, pois, quem deve ser o sujeito do sistema, ou seja, a ciência vai ser feita para quem, por quem e em proveito de quem? No paradigma anglo-saxão, todos os cientistas estão a serviço da reprodução dos sistemas. Há também uma liberdade de fato, precisamente, aquela de um sujeito *hollywoodiano*, para permitir que os sistemas se reproduzam.

Resumindo, a proposta jesuítica é a de um sujeito coletivo que, exatamente por tal, precisa ser representado por um sujeito emblemático absoluto: é a proposta de ciência e absolutismo. É fantástica a carga que o Marquês de Pombal e os espanhóis fizeram sobre a Ordem dos Jesuítas. Pressionaram o Papa Clemente XIII, que acaba doente e morre em 1769. Clemente XIV, sucessor de Clemente XIII, foi eleito Papa com o compromisso de acabar com os jesuítas, o que não cumpriu.

Mesmo sob pressão, passou três anos adiando a decisão. Os ibéricos continuaram pressionando até que a Ordem foi dissolvida. Em 1773, a supressão dos jesuítas foi decretada e Clemente XIV morre no ano seguinte. Os jesuítas foram expulsos da França em 1764, da Espanha em 1767 e de Portugal em 1773. Catarina da Rússia, então, recebe-os na Polônia e chega a ameaçar o Papa: se insistisse em dissolver a Ordem em seus domínios, ela ordenaria “ortodoxar” a Polônia. A Polônia ficou católico-romana exatamente porque o Papa recuou, fez de conta que acabou com a Ordem, entretantes, uma boa leva de seus integrantes continuou se refugiando na Rússia que, no caso, era uma parte da Polônia ocupada. Com que finalidade? Para ajudar numa reforma educacional, uma reforma “modernizadora” no sentido dos Tzares: ciência sim, mas com um sujeito coletivo representado pelo monarca absoluto. Em que escola Lenin poderia ter aprendido o que fazer?! A exata fórmula jesuítica!

Existe um discurso de que a Igreja é contra a ciência. Isso é um absurdo. Os

jesuítas, desde o fundador, Santo Inácio de Loyola, foram se formar na Sorbonne e todo jesuíta tem alguma formação acadêmica, universitária, inclusive científica. Quem leu o livro do Pietro Redondi, *Galileu Herético* (1991) verifica claramente que o problema de Galileu não é com a Igreja e, sim, com os jesuítas, e nada tem a ver com a ciência propriamente dita. Ele foi acusado formalmente do não cumprimento de sua palavra e, (no fundo, não é o que diz Redondi, mas do texto facilmente se o depreende) de querer aparecer, fazer sucesso, se tornar um mal exemplo, ser aquele que fazia ciência para que ele próprio obtivesse algum tipo de benesse. E, para os jesuítas, até hoje, a ciência deveria ser feita coletivamente e em benefício da coletividade.

O que há aí de importante que precisa ser visto ou (re)visto? A maioria das pessoas de esquerda, no Brasil, acha isso bom e realmente o é, só que optar pelo sujeito coletivo e ao mesmo tempo fazê-lo determinante, e não tributário ou intervalar da ciência, é uma solução impossível. Tudo, por uma simples razão: a ciência pressupõe e subsume a dialética. A ciência é governada por uma lógica de um pensar mais poderoso do que a dialética, pois é produto já de um ciclo dialético e a outra, de um ciclo contra-dialético. Então, não se pode inverter a seta que o capitalismo anglo-saxão ou paradigmático vai do sistema para o sujeito, que faz do último sujeito tributário do primeiro.

O capitalismo anglo-saxão não tem esse problema, pois o indivíduo do projeto está a serviço do sistema; já estando pervertido, não vai perverter jamais. Mas quando é proposta a solução à esquerda, sub-repticiamente também se propõe inverter a seta. Pretende-se que a comunidade ou o ser comunitário vá se servir da ciência em seu próprio benefício. Isto é a grande ilusão de todas as esquerdas. A seta que iria do sujeito coletivo para a ciência vai se inverter, o que acarretará a implantação de uma burocracia usando de uma ideologia para dominar a massa. Em última instância, é a lógica do sistema que prevalece e o exemplo evidente era a ex-URSS.

Começou-se lá com a intenção de colocar a ciência a serviço do coletivo, mas sabe-se hoje no que isto, de fato, resultou. Houve o seu desmembramento e posterior desaparecimento. Basta lembrar a expressão socialismo científico. Socialismo é o sujeito como ser coletivo e científico é o mundo objetivo, a lógica clássica posta a serviço da dialética. Precisa-se explicar mais?! O esfacelamento da Iugoslávia segue o mesmo princípio. O Japão vai pelo mesmo caminho. Ele só está resistindo um pouco mais à perversão em razão de sua grande homogeneidade cultural. Eles aprenderam a bem usar a ciência e a técnica, mas estão agora acabando com o respeito aos idosos, o empresário samurai, a estabilidade do emprego etc. Esse novo modo de proceder é o que os levará à sua própria dissolução cultural. Pelo mesmo raciocínio, quem está apostando na China como a grande nação capitalista do século XXI irá se decepcionar.

Todos que se manifestam a favor do capitalismo dizem que, em essência, ele

se baseia na racionalização do mundo ou então no sujeito *schumpeteriano*, o que, de certa forma, é repetir Descartes. A modernidade baseia-se em ambos. Ela é a afirmação do sujeito liberal intervalar – *hollywoodiano* – com a ciência.

O Pensamento Estratégico Brasileiro é um forte indicador da capacidade de uma unidade política de impor a sua vontade na comunidade internacional, devendo-se esclarecer que os problemas que emergem dos debates inerentes à análise do pensamento estratégico não são exclusivos do Brasil. As barreiras culturais e a resistência burocrática às mudanças, bem como a escassez de recursos materiais e humanos, estimulam a necessidade de formulações estratégicas adequadas aos problemas de segurança do século XXI em outros países do mundo, e, conseqüentemente o questionamento do posicionamento e funcionamento das estruturas de defesa.

A história da humanidade tem sido caracterizada por uma sucessão de crises. A que atinge o mundo, neste início de século, não é um fato insólito ou singular. As transformações decorrentes delas abalam fortemente as estruturas política, econômica e cultural dos Estados nacionais. A diferença entre a atual e as que a precederam está no seu caráter massivo, na sua abrangência e simultaneidade universal. Seus agentes desestabilizadores atuam recorrentemente na totalidade do espaço geográfico, deixando ver o agravamento das contradições do sistema em meio à difusa movimentação horizontal e vertical de inúmeras variáveis, causando, não raro, perplexidades e sofrimento.

As crises, que ameaçam o mundo moderno, não são meramente de ordem econômica ou fenômenos simples e uniformes. Elas envolvem toda a civilização e, por conseqüência, o destino da humanidade. Não atingem particularmente um país ou uma região, mas tem abrangência universal, afetando todas as dimensões da vida das nações com conseqüências específicas para cada uma. A raiz dos problemas, na realidade, decorre do equacionamento de formas de ordem política e social, resultado de um longo e lento processo de evolução histórica, para as novas forças econômicas que têm transformado o mundo, durante cerca de quatrocentos anos. O caminho para superá-las depende da opção de cada país, considerando o contexto internacional, em função de sua estrutura sociológica e histórica (DAWSON, 1933).

Por isso, torna-se necessária a preparação da nação para contingências. Qualquer proposta que contribua para a formação de uma base de formulação de uma estratégia de superação e preservação dos interesses nacionais deve considerar a identificação e análise das vulnerabilidades a que está submetido o país. Nesse sentido, a vulnerabilidade estratégica das nações deve ser medida pela unidade cultural, pela preservação cultural, pelas limitações científico-tecnológicas, nível educacional e compromisso com o futuro. Para tanto, encontram-se muitas dificuldades, pois as nações, submetidas às decisões de seus governantes que, por vezes, são ditadas por interesses ou pressões, e impostas à sociedade, ainda que

pelo temor e, mesmo que não desejadas, podem ser levadas ao conflito.

Quando se faz a comparação de uma sociedade desenvolvida com uma sociedade periférica como a nossa, somos atingidos por forte impacto. Identificamos que a expressão econômica dessa sociedade periférica é que recebe uma influência muito grande da expressão econômica dos países centrais. Vale perguntar: O que ocorre? Nessa sociedade periférica, a atividade econômica passa a ter um dinamismo muito maior do que a cultura permitiria. Isso porque começa a haver um processo de acumulação de capital, de aumento de produtividade em determinados setores, exigências de qualidade para atender, inclusive e mesmo principalmente, às demandas das economias dos países de centro, o setor econômico recebe um dinamismo que é induzido de fora.

De certa forma, ele se torna a dimensão que mais se cresce no país subdesenvolvido. É exatamente o econômico que é privilegiado, portanto mais desenvolvido. Isso cria um problema muito grave porque não tendo consistência cultural, a sociedade não tem um tecido sócio-cultural que suporte aquele dinamismo.

Algumas dúvidas se apresentam quando se pensa por que tudo isso ocorre ou por que ocorre desse modo. No processo, a cultura deixa de exercer a função de coesão da sociedade. Isso porque a cultura passa a receber forte influência ou interferência desagregadora da dimensão econômica externa. Por isso, não é possível realizar uma composição dialética em nível da dimensão política porque a dimensão econômica exerce predominante influência sobre a dimensão cultural da sociedade. Por consequência, a política da sociedade periférica torna-se reflexa dos interesses econômicos das sociedades de centro, mais desenvolvidas.

Isso mostra bem o que é a condição de subdesenvolvimento. Ele é uma degradação, porque a rigor, a sociedade periférica passa a ser parte da economia do país de centro, o que é uma degradação. Não é uma questão do tipo que um país subdesenvolvido é o desenvolvido num estágio anterior ou em menor tamanho ou coisas do tipo. É uma degradação ontológica, porque todo o seu ser passa a ser parte do ser econômico do outro.

A tendência geral da vida moderna é direcionada ao planejamento e organização, controle centralizado, padronização e especialização. Essa tendência conduz no extremo, à consolidação do Estado transformado em uma imensa máquina social, onde cada indivíduo é limitado à realização de função especializada e definida, em que a liberdade deixa de existir em sua plenitude, onde o emprego passa a ser um privilégio. As sociedades modernas se aproximam do Estado de organização plena, o que torna mais difícil existir condições adequadas para a liberdade espiritual e para a responsabilidade pessoal.

A educação torna-se uma parte essencial da máquina para que possa vir a ser medida e controlada por técnicas científicas, assim como o desempenho de indivíduos bem treinados para a sua execução. Métodos de condicionamento de

massa populacional, controle de opinião propiciado por técnicas de propaganda e ideologias oficiais, controle de comportamento por métodos de repressão social não são restritos à defesa da sociedade, porém direcionados contra opiniões e intenções contrárias ao sistema de poder. Essas características passam a fazer parte do mundo atual.

Para Dawson (1998), todos os Estados modernos são totalitários, buscando envolver as dimensões econômica, cultural e política. Ao observarmos os países mais industrializados verificamos que o Estado possui poderes tão amplos e profundos que o torna totalitário. Além da manutenção da ordem pública, da defesa da nação, passa a ter responsabilidade sobre diferentes formas de organizações sociais, sobre o indivíduo, tanto quanto sobre a Igreja como sobre o bem-estar do cidadão, ao longo de sua vida.

Nesse ambiente, essas características passam a ser fundamentais para que as nações mais industrializadas tenham melhores condições de terem atendidas às suas necessidades, de modo a manter seus atuais níveis de vida e de bem-estar, assim como suas crescentes carências de recursos naturais e de energia, ainda que à custa dos países periféricos.

O totalitarismo não é uma página virada da história. Não desapareceu com a descolonização nem com os impérios clássicos. Assume, porém, novas formas, que passam a ser predominantes nas relações entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Essa relação se processa, em suas bases, na busca de subordinação cultural. A subordinação cultural ou a absorção por parte da cultura mais frágil compõem o quadro em que apenas a cultura hegemônica é a fonte do que é destinado ao benefício da humanidade.

Não se percebe facilmente que a ideia de progresso sem limites tem sido a fé predominante por mais de três séculos, e, está de tal forma integrada ao espírito do homem moderno, que a simples tentativa de criticá-la se torna um ato de negação da possibilidade de um mundo melhor. É quase impossível a isenção quanto a críticas sobre aquilo de que se faz parte.

A doutrina do progresso, em seu sentido pleno, contém a crença de que sempre, e em todas as formas, a vida torna-se necessariamente melhor. A ideia de progresso encontrou o seu apoio principal no credo da possibilidade de uma mudança completa da sociedade humana, remodelada pela aplicação da ciência ao cotidiano, que passa a viver da ciência e não dos seus benefícios. A industrialização urbana destrói o mecanismo natural da vida social, o que força a construção, a custo elevado, de um mecanismo artificial para tomar seu lugar com conseqüências para a população (DAWSON, 1933).

Nesse mundo, o Estado, pouco a pouco, vai-se tornando totalitário. A liberdade é sacrificada em nome da economia, da riqueza e do desenvolvimento. Críticas passam a ser mal vistas, e a ciência e tecnologia tornam-se instrumentos de poder que justificam doutrinas da ideologia dominante. A tendência é que

mesmo os regimes totalitários não poderão continuar a manter formas totalitárias tradicionais. Entretanto, o mundo caminha nessa direção, e a margem entre as várias formas de regime totalitário se estreita.

Uma instabilidade prolongada no sistema econômico materialista tem grandes probabilidades de levar o mundo ao colapso. Surge um problema profundo que é a unidade moral e espiritual da cultura, da qual depende a existência externa. Isso porque o mundo é composto por culturas ligadas por vínculos materiais que têm perdido seus valores, suas tradições e suas características ímpares.

Vivemos uma época em que as fantásticas perfeições ou imperfeições da ciência são utilizadas em função de objetivos efêmeros, principalmente os de controle social e de fazer a guerra. O ser humano é transformado num ser de segunda ordem. Nessa nova sociedade, a padronização, a uniformização do pensamento, a dimensão espiritual, característica maior do ser humano, a criação de um presente continuado, a ausência de referenciais e de valores elevados são estimulados e seguidos. Assim, como em Roma, em nossos dias, a população é motivada para a diversão e para o hedonismo: o pão e circo dos dias modernos.

A quase totalidade do esforço científico tem sido dispensada a serviço do militarismo, da exploração econômica e, em menor parcela, para o bem da humanidade. Entretanto, sem a ciência, a humanidade não tem condições de evoluir, tornando-se imóvel e imutável, seguindo um longo percurso até o fenecimento. Por isso, é necessário continuar com o desenvolvimento da ciência, considerando, entretanto, o que Rabelais nos ensinou: “ciência sem consciência é a ruína da alma”.

O observador mais atento constata o esforço para a implantação de uma ética universal que nos conduz, ao aprisionamento da dimensão cultural, essência e fator de unidade e que caracteriza cada uma das nações e o ser humano.

Em tais circunstâncias, nem sempre é percebido um fato fundamental: a concentração do poder decisório jamais vista, como decorrência da progressiva concentração do capital e do monopólio do conhecimento científico e tecnológico, contraposta à ilusão de sua democratização, cuja consequência, no plano teórico, é a ideologia do fim das ideologias. Como consequência direta, formou-se o monopólio das mais importantes decisões mundiais, bem como a busca à monopolização do conhecimento tecnocientífico.

O mundo vive num ambiente em processo de projeção cultural sujeito às fortes pressões políticas, militares, econômicas, e ecológicas. Até quando é possível a humanidade suportar tais pressões? Modelos prontos para uma ordem harmoniosa entre as nações não existem. Propostas de convivência pacífica não se consolidam, porque prevalecem os interesses das nações mais poderosas. Podemos observar que a caminhada rumo ao imperialismo teve como importante consequência o domínio da maior parte do mundo por poucas potências.

Vivemos todos num sistema em estado de falência em seus próprios centros

de comando e que pretende sobreviver pela monopolização das decisões, com base na lei de sobrevivência do mais forte. Isto é, implantando-se um jogo cuja regra básica é que todos transfiram recursos de toda ordem, para poucos. Isso, porque os países mais industrializados e ricos assumem o direito de legislar sobre os interesses e soberania dos demais Estados, julgando-se “única forma de salvação da humanidade”. Todavia, essa falência pode significar a fase final de transformações qualitativas que denunciam o *Fim da História* exatamente para aquele sistema condenado à própria história que pretende ser, ele próprio, o fim da história (SANTOS, 2000).

É a violência sob os mais científicos métodos para chegar à dominação hegemônica de um só. Esse, o produto final da sociedade industrial, que não tem como objetivo principal o homem, mas que, sob a ótica da maximização do lucro e da eficiência, se complicou com a pulverização da divisão social do trabalho, da excessiva subdivisão de classes sociais, da geração do poder burocrático e tecnocrático tanto no setor público como no setor privado. Para o atendimento da consolidação do poder decisório centralizado, no qual a tecnologia é fator preponderante, a sociedade industrial não eliminou os conflitos de classe, nem entre capital e trabalho.

De fato, diversificaram-se a natureza e a força dos conflitos, dissimulados na suposta divisão do poder decisório. Tem-se a tecnologia como fator principal, frente ao qual capital e trabalho; como antagonismos sociais, há uma nova face: desemprego e tecnologia, saber e ignorância, pobreza e concentração da riqueza, com suas graves consequências (SANTOS, 2000).

No século XXI, a tecnologia predomina fortemente, mas sem perder o componente ideológico. Ideologia que combate o Estado Nacional soberano; que defende a falsa competição econômica em lugar da cooperação; que defende um sistema de economia política que transfere riqueza das nações pobres para as nações ricas; que subordina culturas mais frágeis à cultura central; em que o ser humano é posto à margem e não no centro do processo.

Como a ideologia de todas as ideologias, o processo de consolidação da hegemonia anglo-saxônica busca perpetuar o predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos. Procura manter as nações periféricas como fornecedoras de *commodities* e matérias-primas, em benefício das mais industrializadas e desenvolvidas.

A estrutura que sustenta a nova ordem, ou a modernidade, é apoiada por gigantesco acervo de conhecimento técnico e científico, mas que restringe o acesso a cada indivíduo a apenas o que é determinado pelo sistema. Mesmo nessas condições de trabalho, de aprendizado e de realização, o indivíduo tem a sensação de felicidade. Isto porque passa a haver o esgarçamento do controle das emoções entusiastas, especialmente as de desejo e prazer que, junto com a perda da perplexidade, têm trazido a desagregação familiar, o sofrimento, a degradação de comunidades de jovens principalmente. Isso tem conduzido à vida competitiva, a luta pelo poder e riqueza, abrindo o caminho para a vida do ilícito de que os fins

justificam os meios.

Um aparato de dominação, possibilitado pela técnica e provido de um sistema de doutrinas, tende, em função do tempo, a desenvolver mecanismos próprios destinados a eliminar qualquer reação. Por consequência, as nações ficam vulneráveis, o Estado é desprezado, as reais insatisfações das populações crescem, ficam fora de controle e os governos tornam-se frágeis para conduzir e construir o futuro dos países. Cabe pensar se estaria sendo construída uma nova forma de fascismo. Conseguirá o homem, como ser ontológico, sobreviver? Qual o futuro do homem e da humanidade se a modernidade, tal como é, vier a se perpetuar ou tiver longa duração?

A sociedade industrial e pós-industrial com a crescente utilização da tecnologia conduz o comportamento humano à racionalização de seus procedimentos. A progressiva racionalização da sociedade é função da inadequada institucionalização do progresso científico e tecnológico.

No processo de evolução da humanidade, a tecnologia tem papel relevante e fundamental. Toda a evolução material é dependente de ciência e da tecnologia. Entretanto, o seu desenvolvimento e a sua aplicação, sem uma subordinação ética, que tenha o ser humano como o centro e a razão de ser de todas as coisas, podem trazer sérias consequências para a humanidade.

Nas sociedades industrializadas e mais desenvolvidas, observa-se que o aparato técnico de produção determina as atitudes socialmente pertinentes, necessidades e aspirações individuais. Desse modo, como afirma H. Marcuse (1967, p. 18), a oposição entre a existência pública e privada, entre as necessidades sociais e individuais é suprimida. Assim, “a tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social”. Isso ocorre, na grande maioria das vezes, sem que seja percebido pelos indivíduos. A aceitação é passiva e total. O técnico, o moderno dita as normas, faz a pauta das necessidades e aspirações, e todos aceitam.

A sociedade industrial tecnológica, na verdade, é “um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas” (MARCUSE, 1967, p. 19). Rousseau, em seu *Contrato social*, desenvolve temas relativos à desnaturação do homem na sociedade, e afirma que o homem nasceu livre e em todos os lugares está acorrentado. Tal afirmação continua e, talvez, continue verdadeira por muito tempo.

Como uma das formas de controle, na sociedade industrial, tem-se a limitação da liberdade. Essa limitação acontece de forma suave e confortável. Nessa sociedade, as iniciativas individuais de realização pessoal são cerceadas em benefício da concentração de empreendimentos individuais, em organizações mais eficazes e produtivas. O incentivo e a não regulamentação da competição, aparentemente livre, entre entidades econômicas desiguais, são exemplos clássicos da limitação ou cerceamento da escolha ou da cooperação.

Realmente, como as necessidades são ou parecem ser satisfeitas, ainda

que a liberdade tenha sido atingida, o contraditório tende a desaparecer. Sem o contraditório, a sociedade passa a ser formada de indivíduos de comportamento passivo e anestesiado.

Nas sociedades industrializadas, o poder político se firma e se afirma se for capaz de garantir o êxito da produtividade técnica e científica, de modo que o aparato industrial atenda as necessidades reais e virtuais dos indivíduos. Nesse cenário, Marcuse comenta que: “O mundo do trabalho se torna a base potencial de uma nova liberdade para o homem no quanto seja concebido como uma máquina e, por conseguinte, mecanizado” (MARCUSE, 1967, p.25).

4 MODERNIDADE E PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Um país pode ser entendido como um ente de ordem dialética de duas dimensões: uma dimensão espaço e uma dimensão cultura. A dimensão espaço faz-se representada por uma área geográfica delimitada, de soberania política. A dimensão cultura faz-se representada pela área cultural, mais ou menos homogênea, não delimitada. Como é a cultura a responsável pela unidade nacional, percebe-se sua fundamental importância para a soberania e sobrevivência da nação.

Isso também mostra porque a dimensão cultural é a mais importante das determinantes sociais em longo prazo, ainda que possa existir, ou persistir, uma indeterminação quanto ao exato momento em que a cultura é determinante para a evolução ou dissolução das nações.

Alguns dilemas se apresentam e são fatores de preocupação. Atualmente, não mais possuímos ilusões. Vivemos um momento histórico em que a Utopia parece ter cedido lugar ao ceticismo e ao fatalismo. Vivenciamos um sentimento de que o futuro será pior do que o presente, e que por isso nossos filhos poderão ter um mundo pior do que aquele em que vivemos. As ideologias apresentadas como o caminho que levaria a um futuro melhor se mostraram responsáveis pelo sofrimento e pela morte como na pior das guerras.

A nacionalidade inicia seu caminho rumo à internacionalidade. O nacionalismo deixa de ser um fato político para ser uma característica cultural. As nações parecem deixar de ser o que são para ser o que outra é. Qualquer ordem mundial genuína deve ser intercultural, bem como internacional. Porém, o mundo ainda não está amadurecido para tal ordem. O fato é que o internacionalista é um imperativo inconsciente, e concebe um estado de mundo na forma universal, mesmo que sob a paz kantiana. O movimento de mudanças, que tem transformado a civilização tão profundamente, que trouxe otimismo quanto a um futuro melhor, já dá sinais de que, no mundo de hoje, se perdeu o controle sobre essas forças de mudança, que se tornam um sério perigo para a humanidade. A vida necessariamente implica mudança, mas não significa que mudanças impliquem vida (DAWSON, 1932).

A Guerra fria terminou, mas o maniqueísmo continua. Divide-se o mundo

entre o bem e o mal. Entre os que são e os que não são terroristas. É construída uma nova cruzada. A nova guerra santa faz visualizar os quatro cavaleiros do apocalipse. As vítimas inocentes dessa cruzada contra o terrorismo, identificado ou não, são consideradas como *efeitos colaterais*. A vida passa a não ter valor para os que não nasceram no solo dos que se propõem a erradicar o *mal*.

Inegavelmente, estamos, neste início de século XXI, confortavelmente instalados, assistindo ao terror da guerra e à guerra do terror, ainda que preocupados com os imprevisíveis (previsíveis) desdobramentos. Tudo isso, justificado pela vontade de imposição de uma vontade. Entretanto, entendo que se faz necessário voltarmos o pensamento para identificar a motivação dessa total insanidade, ou para os fundamentos desse louco e irracional modo de ação, ainda que, em função de um processo, que possui sua lógica.

Ao contrário do que é dito, o mundo não mudou. De fato, continua a ser o mesmo. Continua, agora com mais ênfase, em função do argumento do terrorismo, a militarização, o totalitarismo, o medo e a insegurança, tal como durante a Guerra Fria.

A defrontação e, em muitos casos, a confrontação cultural exigem ações decisivas que visem à proteção da cultura nacional. Este começo de século XXI, caracterizado pela velocidade, favorece a tendência de desterritorialização das culturas mais frágeis. A projeção ou a imposição de uma cultura sobre outra só é viável quando não existem mecanismos de defesa que possibilitem manter sua integridade. Por tal razão, as sociedades primitivas são as mais vulneráveis.

Morin e Kern (1995, p. 91) destacam que:

Walter Benjamin viu claramente que havia barbárie na origem das grandes civilizações. Freud viu claramente que a civilização, longe de anular a barbárie recalcando-a em seus subterrâneos, preparava novas erupções dela. É preciso ver hoje que a civilização tecnocientífica, embora sendo civilização produz uma barbárie que lhe é própria.

A ausência de sustentação das bases de uma cultura é como uma sentença de morte. A cultura desaparece sem deixar vestígios. As sociedades perdem seus valores, a noção de solidariedade, desterritorializam-se e desagregam-se. No limite, poderão ser consolidadas novas unidades políticas que se constituirão com fronteiras políticas geográficas próprias no território em que se localiza a cultura confrontada. Isso significa a tendência à fragmentação, e conseqüente dissolução nacional.

A interferência cultural tem sua ação predominantemente direcionada para a extrapolação da alma de um povo sobre outro, fundada no conteúdo de territorialidade das culturas. A tônica de territorialidade da cultura mostra a fundamental importância da nacionalidade que a ela é agregada. O território

é imprescindível à cultura e possui com esta uma relação biunívoca. A cultura é essencial para a manutenção da integridade territorial o que, em parte, possibilita o seu vigor e sua criatividade.

Considerando a interferência cultural como um instrumento da estratégia, a estratégia é uma arte, e a interferência cultural é uma arma. Uma arma silenciosa e eficiente. Sendo as relações entre as nações predominantemente conflituosas e a pauta das discussões definidas pela geopolítica e pelos interesses nacionais, a interferência cultural é uma arma que transcende aos tempos de guerra. O que predomina de fato são os interesses das nações.

Sabemos que a cultura vem moldando os padrões de coesão, integração, desintegração e conflito, ao longo do processo histórico. Não é difícil constatar que a política mundial vem sendo configurada seguindo linhas culturais, ainda que se pretenda econômica. Ao se tratar de cultura, nessa abordagem, cabe trazer à lembrança que existe um forte vínculo entre cultura e poder (MARTINS, 2002), essencial para o entendimento e das relações entre nações bem como de poder e que a existência desse vínculo é desconhecida por quase todos.

Já no século XXI ainda continuamos, tal como no século XVIII, ingênuos, dependentes de pensamento ou direção externa. A identificação de rumos estratégicos pressupõe um norte, uma direção, um caminho, um destino, para onde todos nós, unidos, queremos ir como nação. Sabemos que ser produtor de riquezas naturais, a serem ofertadas no mercado global, é atributo econômico; logo é meio e não destino. Nessa linha, qualquer sacrifício do povo brasileiro se fará em benefício da economia externa. Assim, o Brasil continuará sendo uma economia dependente e o povo um proletariado externo das economias mais desenvolvidas, condenado a perpetuação do subdesenvolvimento e do pensamento dependente. Portanto, torna-se fundamental pensar o Brasil e traçar os rumos da originalidade.

Vive o mundo, neste início de século XXI, um processo contundente e determinante, em que se constrói a uniformização do pensamento, a subordinação de culturas, que tudo iguala. Por isso, urge dar voz e vez à diferença. Diferença pela criatividade e pela força de uma proposta de um novo e profundo modo original de pensar, logo de ser genuinamente brasileiro. Triste, porém esperançosa, a realidade brasileira. A dualidade a que estamos submetidos, um pé na modernidade e outro na originalidade, nos traz sofrimento. Porém, não nos coloca definitivamente numa condição que nos tira a condição de continuar seguindo nosso destino manifesto de sermos quem irá superar a modernidade.

O objetivo político visa ao afastamento das pessoas de suas raízes culturais e de suas tradições, substituindo-as pelas necessidades criadas pela mídia. Como resultado, o indivíduo e a sociedade ficam alienados e com pouca capacidade e vontade de refletir. A interferência cultural é uma extensão da guerra contra-revolucionária através de meios não militares, diz James Petras, o qual mostra ainda

que o colonialismo cultural contemporâneo tem um alcance global e seu impacto é homogeneizador. A pretensão de universalismo serve para mistificar os símbolos, os objetos e os interesses do poder imperialista (PETRAS, 1995).

Não nos é possível acreditar na teoria ou heresia milenarista, defendida por Joaquim de Flora, no século XIII, (FRANCO; MOURÃO, 2005) que supunha um reinado terrestre da divindade, ou de Cristo, reinado esse que, para alguns, mediante a interpretação do Apocalipse de São João, teria a duração de um milênio.

Entretanto, creio que o que está no fim ou caminhando para ele é o livre pensamento, é a reflexão e o contraditório, que, cada vez mais, estão deixando de ser exercitados pelos indivíduos. Parece que o termo foi retirado dos dicionários. Perde-se a referência. Perde-se o contraditório. Perde-se a capacidade de análise. Perde-se a autonomia na decisão quanto ao futuro. Logo não se exercita o adequado Pensamento Planejamento Estratégico. No processo histórico, a modernidade é a responsável pela banalização da cultura nos países periféricos com ênfase no Brasil. Enquanto as elites, “satelizadas”, aceitam os critérios e as regras mundiais, a população em geral perde todo seu referencial. Sem referencial, surgem crises de identidade, de anomia, de alienação e, até mesmo, de “barbarização” das nações (GHALIOUN, 1996).

Urge que nos conheçamos e nos compreendamos melhor. Como supracitado, uma concepção da história da cultura como autodesvelamento do ser lógico do homem é o bastante para re-historicizar a modernidade e mostrar o horizonte de sua possível superação.

O estudo da história do Brasil nos faz perceber que o que o faz marginal é também o que o faz resistir à modernidade. O Brasil se caracteriza pela confluência de inúmeras e bem diferentes culturas, que se, por um lado, dificulta sua modernização, por outro lado, vem se constituindo na base necessária à estruturação de uma cultura realmente nova e única. As ideologias, por não criticarem o devido, não possibilitam qualquer esperança. O século XX se distinguiu pela impotência e pela traição das ideologias. Portanto, o afastamento de qualquer delas é princípio a ser seguido, mesmo perseguido. Por isso, o Brasil possui duas destinações possíveis: a modernidade ou a originalidade, como afirma Coelho de Sampaio (2001).

É chegada a hora de definirmos e decidirmos seguir nosso próprio caminho, de construirmos nosso futuro, e fazermos nossa história, de rejeitarmos os “presentes de grego” oferecidos pela modernidade e de seguirmos unidos pela originalidade, atributo da genialidade brasileira.

Assim sendo, torna-se necessário constituir novas bases para a formulação do pensamento brasileiro. Para tanto, é fundamental que haja difusão do processo de formação cultural e da história da cultura brasileira, explicitando o papel nela exercido por todos que contribuíram para sua formação: negros, índios, caboclos, mamelucos e brancos. Importante também é se estar alerta para os chamados

novos paradigmas, em especial a globalização, elemento essencialmente cultural ainda que se queira ver como econômico, que se torna instrumento de interferência cultural. Outra atitude significativa, neste sentido, é a de atentar ao alerta do “povão”, íntimo defensor da cultura, como também reagir ao “canto da sereia”, na forma de convite ao luxo, além de mergulhar de coração e mente aberta na originalidade brasileira; por fim perceber a artimanha da modernidade, que finge ser sua própria posteridade, apelidando-se, *avant la lettre*, de pós-modernidade, e, abraçar, por todas as razões e com todos os meios, a ciência. Entretanto, libertando-a de qualquer sujeito para que fique sempre a serviço do ser humano, por quem foi criada e para quem deve contribuir.

Em face ao que resta da modernidade e, por isso, uma fase difícil e perigosa a superar, urge formular uma estratégia de sobrevivência para que haja condições para o encontro com nossa destinação. É uma fase em que o fracasso significará a morte, sendo necessário sobreviver a qualquer custo. Apenas preservando a cultura brasileira e investindo em ciência, com ética, poderemos optar pela originalidade e, assim, escrevermos nossa própria história e, portanto, inaugurarmos uma profícua etapa no processo evolutivo da humanidade.

O Brasil ocupa uma posição marginal em relação à modernidade. Como é que um país nascido na modernidade tem sérias dificuldades para nela ingressar? Tal dificuldade é devida a um dualismo. Existe um Brasil que se mostra parte da modernidade e outro Brasil que se recusa a ingressar nela. É a cultura brasileira, de certa forma, uma síntese das culturas existentes. Algumas delas são síntese de outras antigas e ricas culturas, que estão em fase final de consolidação.

Por ser uma cultura nova, faz-se necessário preservá-la. Ela se torna uma possibilidade iminente de perigo real para a cultura dominante, porque constrói as condições necessárias à superação da cultura dominante, o que, por sua vez, provoca forte reação. Por isso, é alvo de todos os tipos de ataques que visam à sua desestruturação com suas decorrentes e graves consequências.

Mas não é apenas isso. Ainda que, inconscientemente, o que se está evitando ou ocultando é a questão de quem deve ser o sujeito da modernização (racionalização) que, entretanto, ali está posto de maneira implícita. A modernidade, para nós, tem que ser olhada não como a questão da opção por um paradigma, mas como questão da sua ocultação ou dissimulação. Em suma, todo esse alarido sobre a modernização brasileira, como o resto do discurso (ideológico) sobre a modernidade é, no fundo, um discurso acerca de qual opção de sujeito da ciência, o sujeito liberal se intenciona deveras dissimular.

A partir daí, fica fácil perceber a essência do problema da incompatibilidade entre a formação social do Brasil, ou melhor, entre a formação cultural brasileira e a modernidade. Este é verdadeiramente o nosso grande conflito interno. Mas faz-se necessário aprofundar e entender melhor como ocorre essa incompatibilidade e por que persiste este dilema.

O Brasil tem todas as condições para se constituir, no único e real perigo para a cultura dominante. Por isso, é fundamental que seja desenvolvida uma estratégia cultural para sobreviver, sem se descaracterizar culturalmente, até a chegada do momento adequado à superação da modernidade, o que pode acontecer em função de uma estratégia que possibilite condições de sobrevivência à cultura brasileira, e, assim, seria possível optar pela originalidade, e superar a modernidade. Desta forma, a cultura da defesa teria sustentação e poder para posicionar-se como a futura nova cultura de referência.

Entre as sugestões, destacam-se: a priorização da cultura brasileira sobre a política e a economia; a defesa da língua e da linguagem brasileira; a difusão generalizada da história da cultura brasileira; a educação, não só para o trabalho, mas também para a cidadania plena (política e cultural); a incorporação de tecnologias modernas a serviço da cultura brasileira; a preservação do recorte cultural da América do Sul e da África, porém com o reconhecimento da função crucial da cultura brasileira; a agregação do espaço lusofônico com a África e Ásia; os incentivos à criação de organismos dedicados à cultura brasileira; e, finalmente, a constituição de Forças Armadas adequadas às dimensões e condições geográficas sul-americanas, de avançado nível tecnológico.

A existência de um projeto nacional brasileiro, original e de longo prazo, que tenha em sua essência a preservação, a valorização e a projeção da cultura, da língua, dos valores, dos esquemas interpretativos nacionais será base poderosa para a construção das condições fundamentais para que a cultura brasileira possa vir a se posicionar e superar a atual ordem internacional. Assim, poderá trocar sua condição de cultura periférica e dependente para colocar-se como cultura nodal.

A paz, a vida num mundo sem conflitos, se vier a existir, não deve repousar sobre o temor à guerra, mas no amor à paz; não será a abstenção de um ato, mas o advento de um estado de alma. Algo como Spinoza nos legou: “Paz não é a ausência de guerra; é uma virtude, um estado mental, uma disposição para a benevolência, confiança e justiça”².

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos num momento histórico dominado pela incerteza. Estamos vivendo uma época em que o passado é, por todos os artifícios e técnicas, apagados. O futuro torna-se, cada vez mais, sem futuro. Implanta-se, assim, um presente permanente, que se mantém continuado, pela sucessão de presentes conectados uns aos outros pela lógica que governa a cultura predominante ou dominante (COELHO DE SAMPAIO, 1998).

2 Disponível em: <<http://kdfrases.com/autor/baruch-spinoza>>. Acesso em: 29/04/2012 às 13:05 horas

A surpresa que se mostra na realização do dia a dia, no momento histórico em que vivemos, vai deixando de ser surpresa e vai passando a ser construída e administrada. Surge a surpresa que não é surpresa. Assim, o presente passa a ser previsível e controlado, pela cultura que domina, ainda que a surpresa continue presente em nossas vidas, no dia a dia de todos nós, sem perder a sua condição de surpresa (ao menos para a grande maioria das pessoas). Heráclito (2000, p. 212) já havia feito sua previsão quando afirmou que: “Se não esperar, não encontrará o inesperado, sendo não encontrável e inacessível”.

O fundamental é pensar. A preocupação com os aspectos filosóficos de uma questão significa necessariamente pensar seus fundamentos, as razões, as origens, as consequências, e tudo o mais. Deixar de pensar nesses termos é entregar-se a uma atitude pragmática, que, no fundo é deixar de pensar em profundidade.

Este comportamento significa uma limitação do indivíduo que procede efetuando cópia, imitação, adaptação sem fundamentação do que o outro fez com profundo pensar. A tão falada e enaltecida atitude pragmática significa, fundamentalmente, não querer perder o curso da moda ou do que está sendo usado como principal referência. Normalmente, tais referências ou o que está sendo conduzido como moda tem origem numa cultura que não a nossa e que já vem pronta para uso. Não é sequer necessário raciocinar. É algo que, considerado como a melhor das coisas, pois, vindo dos países mais industrializados, ditos mais evoluídos, passa a ser a mais importante das referências. Já foi pensado e a nós cabe apenas usar, é a palavra, ou melhor, o pensamento de ordem.

Recusamo-nos a pensar que não temos origem, e, portanto, não temos futuro, não temos a necessária competência de construí-lo. É preciso romper com a ideia já generalizada de que, em questões de Planejamento Estratégico, devemos nos deixar levar, sem pensar profundamente, por ideias já divulgadas e oriundas de países de cultura que não a brasileira.

Considerando qualquer instituição nacional brasileira, identificamos que a questão da introdução do pensamento estratégico se mostra bem mais complexa. Nas instituições do Estado, os acentuados traços culturais burocráticos típicos do estrato dominante da sociedade brasileira são notados. Isso é resultado da existência dos que possuem grande aversão ao risco e dos que buscam ascender através de um capital político (eleitoral).

A história da cultura e o desenvolvimento deste estudo olham a história de longo prazo como história da cultura, e mostra o verdadeiro valor da cultura. Esta, situada na base da estratégia, no pensamento estratégico bem como no pensar de modo geral. Expõe, também, o papel da cultura na evolução humana, e indica que o Brasil, como um país de vanguarda, tem todas as condições básicas – iniciar uma cultura nova – para poder ser um país de centro, superando o que denominamos de cultura nodal atual.

REFERÊNCIAS

BOBBITT, Philip. *The shield of Achilles*. New York: Anchor Books. 2002.

COELHO DE SAMPAIO, Luiz Aguiar. Reflexões, moderadamente otimistas, acerca do advento da cultura nova lógico-quinquitéria In: *Pensamento Original Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/FINE, 1998.

_____. *Filosofia da cultura*. Brasil: luxo ou originalidade. Rio de Janeiro. Agora da Ilha, 2003.

_____. *Aventuras e desventuras da dialética até chegada a hora de sua necessária remissão pela hiperdialética quinquitéria*. Rio de Janeiro. Mimeo., 2001.

DAWSON, Christopher. *The modern dilemma*. London: Sheed & Ward. 1932.

_____. *Enquires into religion and culture*. London: Sheed & Ward, Int, 1998.

_____. *Christianity and european culture*. Washington D C: The Catholic University of America Press, 1998.

FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto. *Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa*. Prefácio de Luís Machado de Abreu. Lisboa: Roma Editora, 2005.

FREYER, Hans. *Teoria da época atual*. Tradução de F. Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

GHALIOUN, Burthan. *La déstabilisation du monde in défense nationale*. France: Avril, 1996.

HERÁCLITO. *Fragmentos contextualizados*. Tradução e apresentação de Alexandre Costa. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Tradução de Vidal de Oliveira e Lino Vallandro. Rio de Janeiro: Globo, 1932.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Tradução de Marco A. Zingano. Rio Grande do Sul: LP&M, 1989.

LORENZ, Konrad. *A demolição do homem*. Tradução de Horst Wertig. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Tradução de Giasone Ribuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais*. Cultura e poder. Brasília: FUNAG/ IPRI, 2002.

MORIN, Edgar; Kern, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, 1995.

_____. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Sulina/ Bertrand Brasil, 1996.

ORTEGA Y GASSET, J. *A desumanização da arte*. Tradução de Ricardo Araujo; revisão técnica da tradução Vicente Cechelero. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.

RABELAIS, François. *O terceiro livro dos fatos e ditos do bom Pantagruel*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

REDONDI, Pietro. *Galileu Herético*. Tradução de Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Do contrato social*. Tradução de Rolando R. da Silva. Edição eletrônica. Disponível em: <www.jahr.org>.

SANTOS, Jorge Calvario dos. *Dimensões da Globalização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, 2000.